

INFORMAÇÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 103/2015**ÁREA:** Área de Administração – AA**CONTRATO:** OCS Nº 346/2015 (SRM nº 4400001406)**CONTRATADO:** Level 3 Comunicações do Brasil Ltda. – CNPJ: 72.843.212/0001-01

OBJETO: Contratação de serviço de comunicação de dados para acesso permanente, dedicado, exclusivo e por meio do protocolo IP à rede mundial de computadores Internet, através de 1 (um) circuito de fibra óptica de 100 Mbps (cem Megabits por segundo) simétrico, ou seja, 100 Mbps de upstream e 100 Mbps de downstream (full-duplex) – ITEM III, para o Edifício de Serviços do Rio de Janeiro – EDSERJ, incluindo a instalação, a disponibilização, a sustentação e a gerência proativa dos equipamentos e meios necessários para o serviço, bem como a prestação do serviço de segurança para proteção de acesso à Internet e a prestação do serviço de remanejamento dos equipamentos e circuitos disponibilizados nas instalações do BNDES.

VALOR: R\$ 569.999,00 (quinhentos e sessenta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais).

PRAZO: até 155 (cento e cinquenta e cinco) dias, a contar da data de sua assinatura, encerrando-se com a emissão do Termo de Recebimento da Implantação dos Serviços, em relação a instalação, verificação, implantação e realização dos testes, e 60 (sessenta) meses, a contar da data do Termo de Recebimento da Implantação dos Serviços, em relação ao serviço de contínuo de Acesso Internet.

AUTORIZAÇÃO: Diretoria do BNDES, através da Decisão Dir nº 193/2015, em 28/04/2015 na Informação Padronizada ATI/DEIMP nº 04/2015.

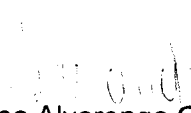
FUNDAMENTO LEGAL DA CONTRATAÇÃO: Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 5.450/2005 e, subsidiariamente, Lei nº 8.666/1993 e alterações posteriores.

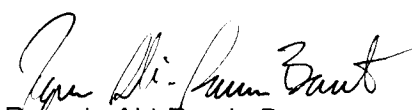
ADVOGADA: Viviane Chalhéo Bicudo de Mello

DATA: 04/08/2015

CERTIDÕES	VALIDADE	AUSÊNCIA DE REGISTROS IMPEDITIVOS À CONTRATAÇÃO	DATA DA CONSULTA
Receita Federal	04/10/2015	Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/CGU (Portal da	03/08/2015

FGTS	23/08/2015	Transparência)	
INSS	04/10/2015	Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (Portal CNJ)	03/08/2015
Receita Estadual	30/09/2015		
Receita Municipal	13/09/2015	Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF (Portal Comprasnet)	03/08/2015
CNDT	29/01/2016	Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - CADIN	03/08/2015


Tatiana Alvarenga Gouvêa
Advogada
Gerente AA/DELIC/GLIC1


Rogerio Abi-Ramia Barreto
Advogado
Chefe de Departamento AA/DELIC



Classificação: Documento Ostensivo (conforme OS PRESI Nº 15/2011- BNDES)

Unidade Gestora: AA/DELIC/GLIC1

OCS nº 346/2015

Contrato SRM nº 4400001406

CONTRATO OCS Nº 346/2015

CONTRATO SRM 4400001406

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
QUE ENTRE SI CELEBRAM O BANCO
NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES E LEVEL 3
COMUNICAÇÕES DO BRASIL LTDA, NA
FORMA ABAIXO:**

O **BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES**, empresa pública federal, com sede em Brasília - DF e serviços no Rio de Janeiro – RJ, na Av. República do Chile, nº 100, CEP nº 20.031-917, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 33.657.248/0001-89, doravante denominado simplesmente **BNDES**, neste ato representado na forma do seu Estatuto Social; e **LEVEL 3 COMUNICAÇÕES DO BRASIL LTDA**, com sede em São Paulo, na Avenida Eid Mansur, nº 666, Térreo, Parque São Jorge, Cotia, CEP nº 06.708-070, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 72.843.212/0001-41, doravante denominada simplesmente **CONTRATADO**, neste ato representado na forma de seus atos constitutivos, em conformidade com o Pregão Eletrônico AA nº 15/2015 - **BNDES**, autorizado em 28/04/2015, por intermédio da IP ATI/DEIMP nº 04/2015, de 13/04/2015, conforme previsão orçamentária sob rubricas nº 3101300003, 3101300005 e 3101300099, centro de custo nº BN00004000 - CCTI, observado o disposto na Lei nº 8.666/1993, têm, entre si, justo e contratado o que se contém nas Cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a contratação de serviço de comunicação de dados para acesso permanente, dedicado, exclusivo e por meio do protocolo IP à rede mundial de computadores Internet, através de 1 (um) circuito de fibra óptica de 100 Mbps (cem Megabits por segundo) simétrico, ou seja, 100 Mbps de upstream e 100 Mbps de downstream (full-duplex) – **ITEM III**, para o Edifício de Serviços do Rio de Janeiro – EDSERJ, incluindo a instalação, a disponibilização, a sustentação e a gerência proativa dos equipamentos e meios necessários para o serviço, bem como a prestação do serviço de segurança para proteção de acesso à Internet e a prestação do serviço de remanejamento dos equipamentos e circuitos disponibilizados nas instalações do **BNDES**, conforme

especificações constantes do Termo de Referência (Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico AA nº 15/2015 - **BNDES**) e da Proposta apresentada pelo **CONTRATADO**, respectivamente, Anexos I e II deste Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Contrato será:

- I. em relação a instalação, verificação, implantação e realização dos testes, de até 155 (cento e cinquenta e cinco) dias, a contar da data de sua assinatura, encerrando-se com a emissão do Termo de Recebimento da Implantação dos Serviços; e
- II. em relação ao serviço de contínuo de Acesso Internet, de 60 (sessenta) meses, a contar da data do Termo de Recebimento da Implantação dos Serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA – LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do objeto contratado respeitará as especificações constantes do Termo de Referência (Anexo I deste Contrato), especialmente as previstas nos itens 2 (descrição do objeto), 3 (Unidade Funcional do **BNDES**), 4 (serviço de acesso internet) e 9 (sequência de atividades).

CLÁUSULA QUARTA – NÍVEIS DE SERVIÇO

Os serviços contratados deverão ser executados de acordo com os padrões de qualidade, disponibilidade e desempenho estipulados pelo **BNDES**, observados os níveis de serviço descritos no subitem 4.7 do Anexo I (Termo de Referência) deste Contrato.

Parágrafo Único

O descumprimento dos níveis de serviço acarretará a aplicação dos índices de redução do preço previstos no subitem 4.12 do Anexo I (Termo de Referência) deste Contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Contrato, quando cabíveis.

CLÁUSULA QUINTA – RECEBIMENTO DO OBJETO

O **BNDES** efetuará o recebimento da implantação do serviço de Acesso Internet, bem com do serviço de Remanejamento dos Equipamentos, observadas as condições e os procedimentos descritos nos itens 4.9.2, 4.9.3 e 4.11 do Anexo I (Termo de Referência) deste Contrato.

Parágrafo Único

Os serviços contínuos objeto deste Contrato serão recebidos, mensalmente, mediante Recibo, após verificação de sua conformidade com as especificações, condições e obrigações previstas neste Contrato e em seus Anexos, sendo observado que o recebimento do objeto:

I. constitui condição indispensável para o pagamento do valor ajustado; e

II. não exclui a responsabilidade do **CONTRATADO** por vícios revelados posteriormente, nem pela garantia dos serviços realizados.

CLÁUSULA SEXTA – PREÇO

O **BNDES** pagará ao **CONTRATADO**, pela execução do objeto contratado, o valor de até R\$ 569.999,00 (quinhentos e sessenta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais), conforme Proposta apresentada (Anexo II deste Contrato), observado o disposto na Cláusula Sétima deste Instrumento, e a seguinte composição:

ITEM III			
(C1) Serviço de Gerência Proativa e Central de Atendimento	<Valor mensal numérico> R\$ 816,33		
(C2) Proteção Contra Ataques de Negação de Serviço e demais custos fixos mensais	<Valor mensal numérico> R\$ 4.499,98		
(C3) Utilização dos Circuitos e Portas de comunicação do Backbone para acesso à Rede Internet	Valor mensal unitário (Megabit)	Quantidade	Valor Total Mensal
	R\$ 39,5034	100 Mbps	R\$ 3.950,34
(C4) Utilização dos Circuitos e Portas de comunicação Local para acesso à Rede Internet (Última milha), quando o serviço for subcontratado	Valor mensal unitário (Megabit)	Quantidade	Valor Total Mensal
	R\$ 0,00	100 Mbps	R\$ 0,00
(C5) Serviços de instalação e implantação inicial da Infraestrutura	<Valor unitário numérico> R\$ 13.500,00		
(C6) Serviço de remanejamento das instalações (sob demanda)	Valor unitário	Quantidade	Valor Total
	R\$ 100,00	5	R\$ 500,00
Valor Global do Item III $C = [(C1 + C2 + C3 + C4)] * 60 + (C5 + C6)$	<Valor numérico> R\$ 569.999,00		

Parágrafo Primeiro

No valor ajustado no *caput* desta Cláusula estão incluídos todos os insumos, encargos trabalhistas e tributos, inclusive contribuições fiscais e parafiscais, bem como quaisquer outras despesas necessárias à execução deste Contrato.

Parágrafo Segundo

Na hipótese de o objeto ser parcialmente executado e recebido, os valores previstos nesta Cláusula serão proporcionalmente reduzidos, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

Parágrafo Terceiro

Caso o **BNDES** não demande o total do objeto previsto nos incisos do *caput* desta Cláusula, não será devida indenização ao **CONTRATADO**, observadas as prescrições da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA SÉTIMA – PAGAMENTO

O **BNDES** efetuará o pagamento referente aos serviços contínuos objeto deste Contrato, mensalmente, por meio de crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis a contar da data de apresentação do documento fiscal (Nota Fiscal, Fatura ou documento equivalente), desde que tenha sido efetuado ateste pelo Gestor do Contrato das obrigações contratuais assumidas pelo **CONTRATADO**, observado o disposto no item 6 do Anexo I (Termo de Referência) deste Contrato.

Parágrafo Primeiro

O pagamento referente ao primeiro mês de prestação dos serviços contínuos será condicionado à emissão do Termo de Recebimento de Implantação dos Serviços de Acesso Internet, e proporcional ao tempo utilizado para o serviço (*pro rata*).

Parágrafo Segundo

O **BNDES** efetuará o pagamento referente aos serviços de instalação e implantação, bem como os serviços de remanejamento dos circuitos, quando solicitado, após a emissão dos respectivos Termos de Recebimento, por meio de crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis a contar da data de apresentação do documento fiscal (Nota Fiscal, Fatura ou documento equivalente), desde que tenha sido efetuado ateste pelo Gestor do Contrato das obrigações contratuais assumidas pelo **CONTRATADO**, observado o disposto no item 6 do Anexo I (Termo de Referência) deste Contrato.

Parágrafo Terceiro

Para toda efetivação de pagamento, o **CONTRATADO** deverá apresentar no mínimo 2 (duas) vias do documento fiscal, quando emitido em papel, no Protocolo do Edifício de Serviços do **BNDES** no Rio de Janeiro - EDSERJ, localizado na Avenida República do Chile nº 100, Térreo, Centro, Rio de Janeiro, CEP nº 20.031-917, no período compreendido entre 10h e 18h, ou encaminhar o documento fiscal, quando emitido eletronicamente, à caixa de e-mail nfe@bndes.gov.br, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis contados da data de seu vencimento.

Parágrafo Quarto


O documento fiscal deverá conter, minimamente, as seguintes informações:

- I. número da Ordem de Compra/Serviço – OCS e o número do Contrato SRM;
- II. descrição detalhada do objeto executado e dos respectivos valores;
- III. período de referência da execução do objeto;
- IV. nome e número do CNPJ do **CONTRATADO**, cuja regularidade fiscal foi avaliada na fase de habilitação, bem como o número de inscrição na Fazenda Municipal e/ou Estadual, conforme o caso;
- V. nome, telefone e e-mail do responsável pelo documento fiscal;
- VI. nome e número do banco e da agência, bem como o número da conta corrente do **CONTRATADO**, vinculada ao CNPJ constante do documento fiscal, com respectivos dígitos verificadores;
- VII. tomador dos serviços: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – **BNDES**;
- VIII. CNPJ do tomador dos serviços: 33.657.248/0001-89;
- IX. local de execução do objeto, emitindo-se um documento fiscal para cada Município em que o serviço seja prestado, se for o caso; e
- X. código dos serviços, nos termos da lista anexa à Lei Complementar nº 116/2003.

Parágrafo Quinto

Ao documento fiscal deverão ser anexados:

- I. certidões de regularidade fiscal e trabalhista exigidas na fase de habilitação;
- II. comprovante de que o **CONTRATADO** é optante do Simples Nacional, se for o caso;
- III. em caso de isenção/imunidade tributária, documentos comprobatórios com a indicação do dispositivo legal que ampara a isenção/imunidade; e

	<p>Classificação: Documento Ostensivo (conforme OS PRESI Nº 15/2011- BNDES)</p> <p>Unidade Gestora: AA/DELIC/GLIC1</p> <p>OCS nº 346/2015</p> <p>Contrato SRM nº 4400001406</p>
---	---

IV. demais documentos solicitados pelo Gestor do Contrato, necessários ao pagamento do objeto contratado.

Parágrafo Sexto

Caso sejam verificadas divergências, o **BNDES** devolverá o documento fiscal ao **CONTRATADO** ou solicitará a emissão de carta de correção, quando cabível, interrompendo-se o prazo de pagamento até que este providencie as medidas saneadoras ou comprove a correção dos dados contestados pelo **BNDES**, em até 10 (dez) dias úteis a contar da comunicação do **BNDES**.

Parágrafo Sétimo

Os pagamentos a serem efetuados em favor do **CONTRATADO** estarão sujeitos, no que couber, às retenções de tributos, nos termos da legislação tributária e com base nas informações prestadas pelo **CONTRATADO**.

Parágrafo Oitavo

Além de outras hipóteses previstas em lei ou no Contrato, o **BNDES** poderá descontar, do montante expresso no documento fiscal, os valores referentes a multas, indenizações apuradas em processo administrativo, bem como qualquer obrigação que decorra do descumprimento da legislação pelo **CONTRATADO**.

Parágrafo Nono


Caso o **BNDES** não efetue o pagamento na forma prevista nesta Cláusula, em decorrência de fato não atribuível ao **CONTRATADO**, aos valores devidos serão acrescidos juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês, *pro rata tempore*, calculados desde o dia do vencimento até a data da efetiva liquidação.

CLÁUSULA OITAVA – EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

O **BNDES** e o **CONTRATADO** têm direito ao equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, em consonância com o inciso XXI, do artigo 37, da Constituição Federal, a ser realizado mediante reajuste ou revisão de preços.

Parágrafo Primeiro

O reajuste de preços, na forma prevista na legislação, poderá ser requerido pelo **CONTRATADO** a cada período de 12 (doze) meses, sendo o primeiro contado do dia 22/06/2015, data limite para apresentação da Proposta (Anexo II deste Contrato), e os seguintes, do fato gerador anterior, adotando-se para tanto a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA acumulado no respectivo período, sobre o preço referido na Cláusula Sexta deste Instrumento.

	<p>Classificação: Documento Ostensivo (conforme OS PRESI Nº 15/2011- BNDES)</p> <p>Unidade Gestora: AA/DELIC/GLIC1</p> <p style="text-align: right;">OCS nº 346/2015 Contrato SRM nº 4400001406</p>
---	---

Parágrafo Segundo

A revisão de preços, observadas as prescrições da Lei nº 8.666/1993, poderá ser realizada por iniciativa do **BNDES** ou mediante solicitação do **CONTRATADO**, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis que onere ou desonere as obrigações pactuadas no presente Instrumento, sendo que:

I. o **CONTRATADO** deverá formular ao **BNDES** requerimento para a revisão do Contrato, comprovando a ocorrência do fato gerador;

II. a comprovação será realizada por meio de documentos, tais como, atos normativos que criem ou alterem tributos, lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da Proposta ou do último reajuste e do momento do pedido de revisão;

III. com o requerimento, o **CONTRATADO** deverá apresentar planilhas de custos unitários, comparativas entre a data da formulação da Proposta ou do último reajuste e o momento do pedido de revisão, contemplando os custos unitários envolvidos e evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor pactuado; e

IV. o **BNDES** examinará o requerimento e informará ao **CONTRATADO** quanto ao atendimento ou não do mesmo, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei nº 8.666/1993.

Parágrafo Terceiro

Independentemente de solicitação, o **BNDES** poderá convocar o **CONTRATADO** para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na Proposta, em virtude da redução dos preços de mercado, ou de itens que compõem o custo, cabendo ao **CONTRATADO** apresentar as informações solicitadas pelo **BNDES**.

Parágrafo Quarto

O **CONTRATADO** deverá solicitar o reajuste e/ou a revisão de preços até o encerramento do Contrato, hipótese em que os efeitos financeiros serão concedidos de modo retroativo a partir do fato gerador, observando-se ainda que:

I. caso o fato gerador do reajuste e/ou da revisão de preços ou a divulgação do índice de reajuste ocorra com antecedência inferior a 60 (sessenta) dias do encerramento do Contrato, o **CONTRATADO** terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do fato gerador ou da data de divulgação do índice, para solicitar o reajuste e/ou a revisão de preços;

II. caso a divulgação do índice de reajuste ocorra após o encerramento do Contrato, o **CONTRATADO** terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de divulgação do índice, para solicitar o reajuste de preços;

III. o **BNDES** deverá analisar o pedido de reajuste e/ou revisão de preços em até 60 (sessenta) dias, contados da solicitação e da entrega pelo **CONTRATADO** dos comprovantes de variação dos custos, ficando este prazo suspenso, a critério do **BNDES**, enquanto o **CONTRATADO** não apresentar a documentação solicitada para a comprovação da variação de custos; e

IV. caso o **CONTRATADO** não solicite o reajuste e/ou a revisão de preços nos prazos fixados acima, não fará jus aos mesmos, operando-se a renúncia ao direito.

Parágrafo Quinto

O reajuste de preços será formalizado por meio de apostilamento ao Contrato, ressalvada a hipótese em que tal evento coincidir com a alteração contratual, quando será objeto de aditamento, ressaltando-se que, no caso de apostilamento, o resultado da análise do pedido de reajuste de preços será informado ao **CONTRATADO** por meio de carta.

CLÁUSULA NONA – GARANTIA CONTRATUAL

O **CONTRATADO**, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do Contrato, prestará garantia de execução contratual, no valor de 5% (cinco por cento) do valor global da contratação, na modalidade que vier a optar, dentre as adiante relacionadas:

I. Caução em dinheiro: deverá ser depositada em favor do **BNDES**, de acordo com as orientações que serão fornecidas quando da referida convocação;

II. Caução em títulos da dívida pública: os títulos deverão ser emitidos sob forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil - BACEN, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

III. Seguro Garantia: a Apólice de Seguro deverá ser emitida por Instituição autorizada pela SUSEP a operar no mercado securitário, que não se encontre sob regime de Direção Fiscal, Intervenção, Liquidação Extrajudicial ou Fiscalização Especial, e que não esteja cumprindo penalidade de suspensão imposta pela SUSEP.

a) O Instrumento de Apólice de Seguro deve prever expressamente:

a.1) responsabilidade da seguradora por todas e quaisquer multas de caráter sancionatório aplicadas ao Contratado;

a.2) vigência pelo prazo contratual;

a.3) prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir do término da vigência contratual, para apuração de eventual inadimplemento do Contratado - ocorrido durante a vigência contratual -, e para a comunicação da expectativa de sinistro ou do efetivo aviso de sinistro, observados os prazos prescricionais pertinentes.

IV. Fiança Bancária: a Carta de Fiança deverá ser emitida por Instituição Financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil - BACEN para funcionar no Brasil e que não se encontre em processo de liquidação extrajudicial ou de intervenção do BACEN.

a) O Instrumento de Fiança deve prever expressamente:

a.1) renúncia expressa, pelo fiador, ao benefício de ordem disposto no artigo 827 do Código Civil;

a.2) vigência pelo prazo contratual;

a.3) prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir do término da vigência contratual, para apuração de eventual inadimplemento do Contratado - ocorrido durante a vigência contratual -, e para a comunicação do inadimplemento à Instituição Financeira, observados os prazos prescricionais pertinentes.

Parágrafo Primeiro

A garantia somente será liberada após a verificação do cumprimento fiel, correto e integral dos termos contratuais.

Parágrafo Segundo

Em caso de aumento do valor contratual, prorrogação do prazo de vigência do Contrato, utilização total ou parcial da garantia pelo **BNDES**, ou demais situações que impliquem em perda ou insuficiência da garantia, o **CONTRATADO** deverá providenciar a complementação ou substituição da garantia prestada no prazo determinado pelo **BNDES** ou pactuado em aditivo ou em apostilamento, observadas as condições originais para aceitação da garantia estipuladas nesta Cláusula.

Parágrafo Terceiro

O prazo previsto para a apresentação da garantia poderá ser prorrogado, por igual período, quando solicitado pelo **CONTRATADO** durante o respectivo transcurso, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo **BNDES**.

Parágrafo Quarto

A não observância do prazo para a apresentação da garantia sujeitará o **CONTRATADO** à multa no valor de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor global do Contrato, por dia de atraso, limitada a 2% (dois por cento), sendo facultada, ainda, ao **BNDES**, a rescisão contratual nos termos do inciso I do artigo 79 da Lei nº 8.666/1993 quando o atraso for superior a 25 (vinte e cinco) dias.

Parágrafo Quinto

A garantia não precisará abranger débitos trabalhistas e previdenciários.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Além de outras obrigações estabelecidas neste Instrumento, em seus anexos ou nas leis vigentes, particularmente na Lei nº 8.666/1993, ou que entrarem em vigor, constituem obrigações do **CONTRATADO**:

- I. manter durante a vigência deste Contrato todas as condições de habilitação exigidas quando da contratação, comprovando-as sempre que solicitado pelo **BNDES**;
- II. comunicar a imposição, de penalidade que acarrete o impedimento de contratar com o **BNDES**, bem como a eventual perda dos pressupostos para a licitação;
- III. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução ou de materiais empregados;
- IV. reparar todos os danos e prejuízos causados ao **BNDES**, decorrentes de sua culpa ou dolo, não restando excluída ou reduzida esta responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por parte do Gestor do Contrato;
- V. pagar todos os encargos e tributos, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto deste Contrato, podendo o **BNDES**, a qualquer momento, exigir do **CONTRATADO** a comprovação de sua regularidade;
- VI. providenciar, perante a Receita Federal do Brasil - RFB, comprovando ao **BNDES**, sua exclusão obrigatória do SIMPLES, no prazo estipulado pelo artigo 30 da Lei Complementar nº 123/2006, se o **CONTRATADO**, quando optante do SIMPLES:
 - a) extrapolar o limite de receita bruta anual previsto no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, ao longo da vigência deste Contrato; ou
 - b) enquadrar-se em alguma das situações previstas no artigo 17 da Lei Complementar nº 123/2006;
- VII. permitir vistorias e acompanhamento da execução do objeto pelo Gestor do Contrato;
- VIII. obedecer às instruções e aos procedimentos, estabelecidos pelo **BNDES**, para a adequada execução do Contrato;
- IX. designar 01 (um) preposto como responsável pelo Contrato firmado com o **BNDES**, informando seu nome completo e CPF, para participar de eventuais reuniões e ser o interlocutor do **CONTRATADO**, zelando pelo fiel cumprimento das obrigações previstas neste Instrumento;
- X. impedir a participação, direta ou indireta, de empregado ou dirigente do Sistema **BNDES** (**BNDES** e suas subsidiárias) na execução do objeto do presente Contrato;

XI. observar o Código de Ética do Sistema **BNDES** vigente ao tempo da contratação, o qual deverá ser consultado por intermédio do sítio eletrônico www.bndes.gov.br ou requisitado ao Gestor do Contrato, assegurando-se de que seus representantes legais e que todos os profissionais envolvidos na execução do objeto pautem seu comportamento e sua atuação pelos princípios nele constantes;

XII. adotar, sempre que possível, na execução dos serviços, boas práticas de sustentabilidade ambiental, de otimização de recursos, de redução de desperdícios e de redução da poluição;

XIII. responsabilizar-se pelo cumprimento das normas de segurança das dependências do **BNDES** por parte dos profissionais alocados na execução dos serviços, quanto ao porte de identificação e à utilização dos acessos indicados pelo **BNDES**;

XIV. atender às solicitações do **BNDES** relativas à transição contratual entre o **CONTRATADO** e o seu sucessor na execução dos serviços, prestando todo o suporte, a fim de que o objeto contratado não seja interrompido;

XV. apresentar ao Gestor do Contrato a garantia de execução contratual, observado o prazo e as condições previstas na Cláusula Nona deste Instrumento;

XVI. manter organizados e devidamente identificados seus equipamentos e circuitos, atendendo sempre às exigências técnicas necessárias à operação normal, quando houver necessidade de instalação de equipamentos de sua propriedade em unidade do **BNDES**;

XVII. responsabilizar-se pela desinstalação da infraestrutura e retirada de seus equipamentos no endereço de origem, em até 30 (trinta) dias corridos após assinatura do respectivo Termo de Recebimento dos Serviços de Remanejamento dos Equipamentos e mediante autorização específica emitida pelo **BNDES**.

- a) Convém ressaltar que, após o término deste prazo, o **BNDES** não mais se responsabiliza pela guarda destes equipamentos, podendo aplicar a penalidade descrita na alínea "c", inciso II da Cláusula Décima Quarta deste Contrato.

XVIII. proceder a novas instalações de circuitos digitais e outros serviços, que porventura sejam solicitados durante a vigência do Contrato, desde que estes sejam pertinentes ao objeto;

XIX. fornecer todas as informações necessárias para a utilização do serviço contratado pelo **BNDES**;

XX. manter, durante toda a vigência do Contrato, o "escalation list" atualizada;

XXI. comunicar imediatamente ao **BNDES** qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos necessários;

XXII. identificar os profissionais alocados na execução dos serviços com crachás da empresa e informar os horários em que estes efetuarão serviços no **BNDES**;

XXIII. repassar ao **BNDES**, durante a vigência do Contrato, todas as vantagens e descontos nos preços por ela oferecidos no mercado para o plano de serviços utilizado como referência em sua proposta, sempre que esses forem mais vantajosos do que os constantes no instrumento contratual, exceto se comprovar que a concessão dessas vantagens implicaria comprometimento da equação econômico-financeira do Contrato;

XXIV. cadastrar, se necessário, no mínimo, 7 (sete) profissionais do **BNDES**, mediante solicitação do Gestor do Contrato, garantindo que somente estes profissionais, além do próprio Gestor, terão acesso ao serviço de atendimento telefônico;

XXV. devolver recursos disponibilizados pelo **BNDES**, revogar perfis de acesso de seus profissionais, eliminar suas caixas postais e adotar demais providências aplicáveis ao término da vigência do Contrato;

XXVI. assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa em relação ao objeto contratado, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas na prestação dos serviços;

XXVII. implantar, de forma adequada, a supervisão permanente dos serviços, de modo a obter uma operação correta e eficaz;

XXVIII. não efetuar a compilação reversa, montagem reversa ou engenharia reversa de qualquer programa aplicativo do **BNDES** ou de terceiros a que venha ter acesso por força do serviço;

XXIX. indicar seus dados de endereço, telefone, fax e mensagem de correio eletrônico, mantendo-os atualizados perante o **BNDES** durante toda a vigência do Contrato; e

XXX. notificar ao **BNDES**, por escrito, quaisquer fatos que possam pôr em risco a execução do presente objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DO BNDES

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento, em seus anexos ou nas leis vigentes, particularmente na Lei nº 8.666/1993, ou que entrarem em vigor, constituem obrigações do **BNDES**:

I. realizar os pagamentos devidos ao **CONTRATADO**, nas condições estabelecidas neste Contrato;

II. designar, como Gestor do Contrato, Luiz Marcelo Martins Barreira, atualmente lotado no Departamento de Serviços de Tecnologia da Informação (ATI/DESET/GINF), a quem caberá, consoante as disposições do artigo 67 da Lei nº 8.666/1993, o acompanhamento, a

fiscalização e a avaliação da execução dos serviços, bem como a liquidação da despesa e o atestado de cumprimento das obrigações assumidas;

III. designar, como substituto do Gestor do Contrato, para atuar em sua eventual ausência, Ricardo de Barros Costa, que atualmente exerce a função de Coordenador de Serviços da Gerência de Infraestrutura, do Departamento de Serviços de Tecnologia da Informação (ATI/DESET/GINF);

IV. alterar, quando conveniente, o Gestor do Contrato e/ou o seu substituto, por outro profissional, mediante comunicação escrita ao **CONTRATADO**;

V. fornecer ao **CONTRATADO**, quando solicitado ao Gestor do Contrato, cópia do Código de Ética do Sistema **BNDES** e da Política Corporativa de Segurança da Informação do **BNDES**;

VI. colocar à disposição do **CONTRATADO** todas as informações necessárias à perfeita execução dos serviços objeto deste Contrato; e

VII. comunicar ao **CONTRATADO**, por escrito:

- a) quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados ao Contrato;
- b) a abertura de procedimento administrativo para a apuração de condutas irregulares do **CONTRATADO**, concedendo-lhe prazo para defesa; e
- c) a aplicação de eventual penalidade, nos termos deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SIGILO DAS INFORMAÇÕES

Cabe ao **CONTRATADO** cumprir as seguintes regras de sigilo e assegurar a aceitação e adesão às mesmas por profissionais que integrem ou venham a integrar a sua equipe na prestação do objeto deste Contrato, as quais perdurarão, inclusive, após a cessação do vínculo contratual e da prestação dos serviços:

I. cumprir as diretrizes e normas da Política Corporativa de Segurança da Informação do **BNDES**, necessárias para assegurar a integridade e o sigilo das informações;

II. não acessar informações sigilosas do **BNDES**, salvo quando previamente autorizado por escrito;

III. sempre que tiver acesso às informações mencionadas no inciso anterior:

- a) manter sigilo dessas informações, não podendo copiá-las, reproduzi-las, retê-las ou praticar qualquer outra forma de uso que não seja imprescindível para a adequada prestação do objeto deste Contrato;

b) limitar o acesso às informações aos profissionais envolvidos na prestação dos serviços objeto deste Contrato, os quais deverão estar cientes da natureza sigilosa das informações e das obrigações e responsabilidades decorrentes do uso dessas informações; e

c) informar imediatamente ao **BNDES** qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independente da existência de dolo, bem como dos profissionais envolvidos, adotando todas as orientações do **BNDES** para remediar a violação;

IV. entregar ao **BNDES**, ao término da vigência deste Contrato, todo e qualquer material de propriedade deste, inclusive notas pessoais envolvendo matéria sigilosa e registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido criados, usados ou mantidos sob seu controle ou posse, assumindo o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa a que teve acesso no âmbito deste Contrato; e

V. assinar, por seu Representante Legal, e observar o Termo de Confidencialidade constante do Anexo III (Termo de Confidencialidade para Representante Legal) deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – CESSÃO DE CRÉDITOS, SUCESSÃO CONTRATUAL E SUBCONTRATAÇÃO

É vedada a cessão de qualquer crédito decorrente do presente Contrato, bem como a emissão, por parte do **CONTRATADO**, de qualquer título de crédito em razão do mesmo.

Parágrafo Primeiro

É admitida a sucessão contratual nas hipóteses em que o **CONTRATADO** realizar as operações societárias de fusão, cisão ou incorporação, condicionada aos seguintes requisitos:

I. aquiescência prévia do **BNDES**, que analisará eventuais riscos ou prejuízos decorrentes de tal alteração contratual; e

II. manutenção de todas as condições contratuais e requisitos de habilitação originais.

Parágrafo Segundo

Caso ocorra a sucessão contratual admitida no Parágrafo anterior, o sucessor assumirá integralmente a posição do sucedido, passando a ser responsável pela execução do presente Contrato, fazendo, por conseguinte, jus ao recebimento dos créditos dele decorrentes.

Parágrafo Terceiro

É admitida a subcontratação da parcela do objeto deste Contrato referente ao fornecimento do meio de transmissão entre o *backbone* do **CONTRATADO** e a respectiva Unidade do **BNDES** (*Last Mile*), condicionada aos seguintes requisitos:

- I. aquiescência prévia do **BNDES**, que analisará eventuais riscos ou prejuízos decorrentes de tal operação; e
- II. atendimento de todas as condições contratuais e requisitos para a subcontratação previstos no subitem 6.1 do Edital e no item 8 do Termo de Referência (Anexo I deste Contrato), cabendo ao **CONTRATADO** apresentar, sempre que solicitado pelo **BNDES**, os respectivos documentos comprobatórios.

Parágrafo Quarto

A subcontratação pode ser realizada com sociedades distintas e de forma simultânea, devendo, em todos os casos, ser relacionada à parcela do objeto autorizada pelo **BNDES**.

Parágrafo Quinto

Caso o **CONTRATADO** opte por subcontratar o objeto deste Contrato, permanecerá como responsável perante o **BNDES** pela adequada execução do ajuste, sujeitando-se, inclusive, às penalidades previstas na Cláusula Décima Quarta deste Instrumento, na hipótese de não cumprir as obrigações ora pactuadas, ainda que por culpa da sociedade subcontratada.

Parágrafo Sexto

Aceita, pelo **BNDES**, a subcontratação, o **CONTRATADO** deverá apresentar os Termos de Confidencialidade, conforme modelos constantes do Anexo IV (Minuta de Termo de Confidencialidade para Subcontratação) deste Contrato, assinados pelo representante legal da sociedade subcontratada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PENALIDADES

Em caso de inexecução total ou parcial do Contrato, inclusive de descumprimento de exigência expressamente formulada pelo **BNDES** ou de inobservância de qualquer obrigação legal, bem como em caso de mora, sem motivo justificado, o **CONTRATADO** ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das previstas na Lei nº 10.520/2002:

I. advertência;

II. multa:

- a) de até 10% (dez por cento), incidente sobre o valor global do Contrato, além dos ajustes de pagamento, nos casos previstos nos subitens 4.12.1.2, 4.12.2 e 4.12.4.1 do Termo de Referência (Anexo I deste Contrato);

b) de até 0,5% (cinco décimos por cento), por dia, em caso de inadimplemento de qualquer obrigação contratual que envolva cumprimento de prazos estabelecidos no Termo de Referência (Anexo I deste Contrato), até o adimplemento da obrigação, exceto aquelas já abrangidas pelos Ajustes de Pagamento, incidente sobre o valor mensal do Contrato, limitado a 10% (dez por cento) do valor global do Contrato;

c) de até 10% (dez por cento), apurada de acordo com a gravidade da infração, incidente sobre o valor global do Contrato, em razão do descumprimento de outras obrigações contratuais não abrangidas pelas alíneas "a" e "b" deste inciso;

d) de até 5% (cinco por cento) sobre o valor global do Contrato, nos casos em que a média do total dos ajustes de pagamentos que foram aplicados por descumprimento dos Níveis de Serviços, nas faturas dos 3 (três) meses imediatamente antecessores ao mês corrente dos serviços, seja igual ou superior a 15% (quinze por cento).

III. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o **BNDES**, por prazo não superior a 2 (dois) anos, apurado de acordo com a gravidade da infração; e

IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Parágrafo Primeiro

As penalidades indicadas nesta Cláusula somente poderão ser aplicadas após procedimento administrativo, e desde que assegurados o contraditório e a ampla defesa, facultada ao **CONTRATADO** a defesa prévia, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Parágrafo Segundo

Contra a decisão de aplicação de penalidade, o **CONTRATADO** poderá interpor o recurso cabível, na forma e no prazo previstos na Lei nº 8.666/1993.

Parágrafo Terceiro

A imposição de penalidade prevista nesta Cláusula não impede a rescisão unilateral do Contrato pelo **BNDES**, nos casos previstos nos incisos I a XII, XVII e XVIII, do artigo 78, da Lei nº 8.666/1993.

Parágrafo Quarto

A multa prevista nesta Cláusula poderá ser aplicada juntamente com as demais penalidades.

Parágrafo Quinto

A multa aplicada ao **CONTRATADO** e os prejuízos causados ao **BNDES** serão deduzidos de quaisquer créditos a ele devidos, assim como da garantia prestada, ressalvada a

possibilidade de cobrança judicial da diferença eventualmente não coberta pelos mencionados créditos.

Parágrafo Sexto

No caso de uso indevido de informações sigilosas, observar-se-ão, no que couber, os termos da Lei nº 12.527/2011 e do Decreto nº 7.724/2012.

Parágrafo Sétimo

No caso de atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, observar-se-ão os termos da Lei nº 12.846/2013.

Parágrafo Oitavo

O total das multas aplicadas não poderá exceder a 30% (trinta por cento) do valor global do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido:


- I. por ato unilateral do **BNDES**, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVII e XVIII, do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo, assegurado o contraditório, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Contrato, quando cabível;
- II. por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo, e desde que haja conveniência para o **BNDES**; e
- III. por via judicial, nos termos da legislação.

Parágrafo Primeiro

Rescindido o Contrato, nos termos dos incisos I ao XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993, o **CONTRATADO** responderá por eventuais perdas e danos e sujeitar-se-á às penalidades decorrentes do Contrato, apuradas em procedimento administrativo, bem como às consequências previstas no artigo 80 da Lei nº 8.666/1993, no que couber.

Parágrafo Segundo

Em caso de rescisão pelos motivos previstos nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993, sem que haja culpa do **CONTRATADO**, será este ressarcido dos prejuízos que comprovadamente houver sofrido, observando-se, ainda, o disposto no artigo 79, parágrafo segundo, da mesma Lei.

	<p>Classificação: Documento Ostensivo (conforme OS PRESI Nº 15/2011 - BNDES)</p> <p>Unidade Gestora: AA/DELIC/GLIC1</p> <p style="text-align: right;">OCS nº 346/2015 Contrato SRM nº 4400001406</p>
---	--

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

Este Contrato representa todo o acordo entre as partes com relação ao objeto nele previsto.

Parágrafo Primeiro

Integram o presente Contrato:

Anexo I - Termo de Referência do Pregão Eletrônico AA nº 15/2015 - BNDES

Anexo II - Proposta

Anexo III - Termo de Confidencialidade para Representante Legal

Parágrafo Segundo

A omissão ou tolerância quanto à exigência do estrito cumprimento das obrigações contratuais ou ao exercício de prerrogativa decorrente deste Contrato não constituirá renúncia ou novação nem impedirá as partes de exercerem os seus direitos a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

É competente o foro da cidade do Rio de Janeiro para solucionar eventuais litígios decorrentes deste Contrato, afastado qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

As folhas deste Contrato são rubricadas por Viviane Chalréo Bicudo de Mello, advogada do **BNDES**, por autorização do representante legal que o assina.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente Instrumento, redigido em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, juntamente com as testemunhas abaixo.

Rio de Janeiro, 12 de Agosto de 2015.



BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES



Classificação: Documento Ostensivo (conforme OS PRESI Nº 15/2011- BNDES)

Unidade Gestora: AA/DELIC/GLIC1

OCS nº 346/2015

Contrato SRM nº 4400001406

LEVEL 3 COMUNICAÇÕES DO BRASIL LTDA

Marcos Malfatti

President

Durval C. A. Jacintho

Executive Director

Testemunhas:

Level 3 Comunicações do Brasil

Level 3 Comunicações do Brasil

Nome/CPF: **Cintia Farah**
Compliance
CPF: 329.694.618-70
Level3 Comunicações do Brasil

Nome/CPF:

RCPN E TABELÃO DE NOTAS - VARGEM GRANDE PAULISTA/SP - COMARCA DE COTIA
RUA AUGUSTO SOARES DE CARVALHO, 64 - CENTRO - CEP 06730-000 - FONE: 4158-3678 / 4158-8858 - e-mail: cartoriovargemgrande@ig.com.br

OFICIAL: EPAMINONDAS JOSE DA CUNHA
RECONHECIDO POR SEMELHANÇA C/ VALOR DECLARADO 2 firma(s) de:
(135604)DURVAL CARVALHO DE AVILA JACINTHO E (37259)MARCOS MALFATTI
Vargem Grande Paulista, 21 de agosto de 2015.
Em test. _____ da veracidade. P: 159
João Paulo Freisleben - Escrevente
Vir: R\$ 14,60, CN: 17143 Selo(s): 119580-1225AA
Válido somente com o selo de Autenticidade.

